

Relatório de Execução Orçamental (RET)

3.º trimestre de 2023

Índice

Nota Introdutória

1. Demonstração de Resultados

2. Indicadores Operacionais

3. Demonstração de Posição Financeira

4. Investimento e Endividamento

5. Cumprimento de Obrigações Legais

6. Acrónimos e Fórmulas

7. Anexos

Parecer Órgão de Fiscalização

Nota Introdutória

A monitorização, análise e cálculo do cumprimento dos princípios e orientações é realizada ao abrigo do disposto no DLEO para 2022 (DL 53/2022, de 12 de agosto), das IEIPG para 2023-2025 através do despacho 252/2022 do SET e da ERSAR na qualidade de entidade reguladora do Setor, através do ofício O-003631/2022.

O PAO2023 foi submetido no SIRIEF no dia 30.12.2022, encontrando-se aprovado pela UTAM, através do despacho n.º 407/2023-SET, de 01.10.2023, e pelo Ministério do Ambiente e da Acção Climática, através do despacho n.º 7498, datado de 09.10.2023.

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
3.º trimestre de 2023

Demonstração de Resultados		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	2023	9M	PAO 2023	12 M
Venda de água	mil €	3 055	3 774	3 951		10 780	10 346	10 550	13 881
Prestação de Serviços: Saneamento	mil €	1 387	1 601	1 700		4 688	4 439	5 057	7 155
Rendimentos de construção em ativos concessionados	mil €	1 815	3 419	4 563		9 797	6 166	17 255	22 165
Desvio de recuperação de gastos	mil €	-46	1 365	747		2 066	-1 049	6 147	8 081
Custo das vendas/variação inventários	mil €	-117	-461	- 336		-913	-676	-853	-1 129
Gastos de construção em ativos concessionados	mil €	-1 815	-3 419	-4 563		-9 797	-6 166	-17 255	-22 165
Subcontratos	mil €	-390	-520	- 792		-1 702	-539	-1 072	-1 425
Fornec. e serviços externos (excluindo Subcontratos)	mil €	-1 509	-3 001	-2 316		-6 827	-5 523	-9 465	-12 559
Gastos com pessoal	mil €	-1 069	-978	-1 129		-3 176	-3 037	-3 542	-4 936
Amortizações	mil €	-1 651	-2 256	-2 396		-6 303	-5 987	-8 882	-11 838
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mil €	-14	-73	- 42		-129	-49	-95	-121
Subsídios ao Investimento	mil €	763	1 047	1 097		2 907	2 690	4 388	5 870
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mil €	88	63	71		223	435	353	471
Resultados Operacionais	mil €	497	561	555		1 613	1 050	2 589	3 450
Gastos Financeiros	mil €	-355	-382	- 421		-1 157	-599	-957	-1 271
Rendimentos Financeiros	mil €	47	93	89		228	130	140	199
Resultados Financeiros	mil €	-308	-289	-332		-929	-470	-817	-1 072
Resultados Antes de imposto	mil €	190	272	223		684	580	1 772	2 377
Imposto sobre o Rendimento	mil €	-38	-72	- 50		-160	-121	-1 197	-1 603
Resultado Líquido do Exercício	mil €	152	199	173		524	459	575	774

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

O resultado líquido acumulado no 3º trimestre foi de 0,524 milhões de euros, 65 mil euros acima do verificado no período homólogo e 51 mil euros abaixo do que era expectável no PAO, tendo em conta a variação da OT prevista para a remuneração de capitais próprios.

O volume de negócios ascendeu a 27,331 milhões de euros, que inclui 9,797 milhões de euros referentes aos rendimentos de construção (IFRIC 12) e 2,066 milhões de euros de desvio de recuperação de gastos (déficit). Verifica-se um aumento de 4,6% comparativamente com o homólogo (vendas + prestações de serviços) em resultado do arranque de novas infraestruturas.

Os resultados operacionais de 1,613 milhões de euros estão acima do apresentado no mesmo período em 2022 e abaixo do esperado em PAO.

O resultado financeiro de 0,929 milhões euros (negativo) representa uma degradação de 0,459 milhões de euros em comparação com o registado no período homólogo, estando também ligeiramente abaixo do valor previsto em PAO.

2. INDICADORES OPERACIONAIS

3.º trimestre de 2023

FATURIZAÇÃO GLOBAL		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	9M	9M	12 M	12 M
Volume de atividade (faturado)	mil m ³	6 491	7 931	8 762		23 183	21 770	22 445	30 149
Volume de atividade - abastecimento	mil m ³	4 618	5 653	6 239		16 510	15 602	15 407	20 099
Volume de atividade - saneamento	mil m ³	1 873	2 278	2 523		6 673	6 168	7 039	10 049
Volume de Negócios¹	mil €	5 828	5 375	5 652		15 468	14 785	15 607	21 036
Volume negócios - abastecimento	mil €	3 055	3 774	3 951		10 780	10 346	10 550	13 881
Volume negócios - saneamento	mil €	1 387	1 601	1 700		4 688	4 439	5 057	7 155

¹ Não inclui: Desvio de recuperação de gastos, Rendimentos Construção, CTA nem do Fundo Ambiental.

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

GASTOS OPERACIONAIS		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	9M	9M	12 M	12 M
Custo das vendas/variação inventários	mil €	117	461	336		913	676	853	1 129
Subcontratos	mil €	390	520	792		1 702	539	1 072	1 425
Fornec. e serviços externos (excluindo Subcontratos)	mil €	1 509	3 001	2 316		6 827	5 523	9 465	12 559
Gastos com pessoal	mil €	1 069	978	1 129		3 176	3 037	3 542	4 936

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

DESEMPENHO		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	9M	9M	12 M	12 M
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes	mil €	497	561	555		1 613	1 050	2 589	3 450
EBITDA Ajustado - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation	mil €	1 431	405	1 107		2 943	5 396	935	1 337
Margem EBITDA	%	32%	8%	20%		19%	36%	6%	6%

EBIT = Resultado Operacional

EBITDA Ajustado = EBIT + Amortizações - DRG - Subsídios ao Investimento

Margem EBITDA = EBITDA ajustado / Volume de Negócios

Na atividade de abastecimento de água verifica-se um aumento no valor das vendas devido a um aumento nos caudais fornecidos pela integração das localidades de Santa Bárbara dos Padrões e Melides, e à atualização da tarifa.

A actividade de prestação de serviços de saneamento regista um aumento justificado pelo aumento de caudais em resultado do arranque de novas infraestruturas (ETAR do Rosário, Guerrião e Comporta em outubro de 2022 e ETAR de Campo Redondo, Sabóia e Á do Pinto em janeiro de 2023) e pela atualização da tarifa.

O valor registado em CMVMC no final do 3º trimestre encontra-se acima do verificado no período homólogo devido ao facto que em 2022 o custo de aquisição de água bruta ter sido maioritariamente registado no 4º trimestre do ano.

Os FSE estão acima do verificado no ano anterior devido ao aumento do preço da energia, resultado da crise geopolítica que se tem vindo a verificar. Em relação ao valor previsto em orçamento, a diferença de cerca de 1,3 M€, diz respeito à energia e ao facto de não ter sido contemplada a redução da tarifa de acesso à rede em 2022. Ao acima referido acresce ainda o facto das rubricas previstas contratar em PAC estarem abaixo do previsto.

Nos gastos com pessoal verifica-se um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior justificado pela variação do quadro médio de pessoal pese embora abaixo do previsto em orçamento uma vez que se verificaram atrasos nas contratações.

A análise ao EBITDA e à margem EBITDA sugerem uma consolidação da estrutura financeira da empresa, apesar da ligeira redução na evolução dos indicadores quando comparados com o mesmo período no ano anterior.

3. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (Balço)

3.º trimestre de 2023

Demonstração da Posição Financeira		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	9M	9M	12 M	
Ativos não correntes	mil €	166 840	169 527	173 365		173 365	165 073	187 678	193 724
Ativo intangível	mil €	161 948	163 714	166 531		166 531	160 391	177 616	179 568
Desvios de recuperação gastos	mil €	0	529	1 276		1 276	0	4 880	7 083
Ativos sob direito de uso	mil €	69	123	199		199	107	580	774
Outros ativos financeiros	mil €	26	27	26		26	21	20	20
Impostos diferidos ativos	mil €	4 798	4 862	5 080		5 080	4 554	4 583	6 280
Clientes	mil €	0	272	254		254	0	0	0
Ativos correntes	mil €	17 581	18 208	21 716		21 716	16 204	11 445	10 957
Inventários	mil €	114	127	119		119	160	100	93
Clientes	mil €	7 307	6 946	8 403		8 403	8 440	7 595	7 154
Outras contas a receber	mil €	388	299	40		40	406	1 036	911
Imposto sobre o Rendimento do exercício	mil €	9	0	348		348	9	16	0
Outros ativos correntes	mil €	9 150	9 873	11 771		11 771	6 235	1 692	1 793
Caixa e seus equivalentes	mil €	613	963	1 035		1 035	952	1 007	1 007
Ativo total	mil €	184 421	187 735	195 081		195 081	181 277	199 124	204 682
Capital Social	mil €	10 423	10 423	10 423		10 423	9 053	10 423	11 333
Reservas e outros ajustamentos	mil €	173	2 340	2 340		2 340	142	175	175
Resultados transitados	mil €	2 167	0	0		0	1 580	2 196	2 196
Resultado líquido	mil €	152	351	524		524	459	575	774
Capital Próprio	mil €	12 915	13 114	13 287		13 287	11 234	13 369	14 478
Passivos não Correntes	mil €	160 608	162 922	168 438		168 438	158 546	169 128	173 009
Acrés. Custos Investim. Contratual	mil €	7 044	7 619	8 247		8 247	8 456	13 195	13 148
Subsídios ao investimento	mil €	91 092	91 403	92 498		92 498	87 092	91 292	92 640
Financiamentos obtidos	mil €	56 818	58 818	62 341		62 341	56 595	57 557	58 839
Passivos da locação	mil €	12	69	74		74	30	937	789
Fornecedores e outros passivos não correntes	mil €	1 440	1 440	1 440		1 440	2 024	1 440	726
Imposto diferidos passivos	mil €	3 364	3 572	3 837		3 837	3 238	4 708	6 866
Desvio tarifário Passivo	mil €	836	0	0		0	1 112	0	0
Passivos Correntes	mil €	10 898	11 699	13 356		13 356	11 496	16 626	17 195
Financiamentos obtidos	mil €	962	1 415	1 005		1 005	455	4 455	4 455
Passivos da locação	mil €	39	47	99		99	76	40	342
Fornecedores e outros passivos correntes	mil €	9 747	10 230	12 252		12 252	10 876	12 132	12 399
Imposto sobre o Rendimento do exercício	mil €	150	7	0		0	90	0	0
Passivo total	mil €	171 506	174 620	181 794		181 794	170 043	185 755	190 204
Ativo total - (Passivo total + Capital Próprio)	mil €	184 421	187 735	195 081		195 081	181 277	199 124	204 682

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

O ativo total atinge os 195,081 milhões de euros, representando os ativos intangíveis 166,531 milhões de euros.

A dívida de clientes apresenta um valor superior ao previsto em orçamento e ao valor do ano anterior. Por forma a colmatar esta tendência, foi celebrado, em junho, um acordo de pagamento com o município de Cuba para regularização da dívida até dezembro de 2022.

Os ativos intangíveis encontram-se abaixo do previsto tendo em conta a dificuldade na contratação de empreitadas com consequente impacto na respetiva execução, no entanto já é evidente uma recuperação em comparação com o período homólogo.

Em relação ao valor dos subsídios, o valor real de 2023 encontra-se ligeiramente acima do registado em 2022 mas abaixo do previsto em PAO. Esta diferença ocorre das previsões terem sido efetuadas com base na revisão do EVEF que se mantém em análise e aprovação, não sendo possível refletir-se nas contas reais.

O aumento da dívida de clientes e dos custos com FSE conjugados com a redução do prazo médio de pagamento a fornecedores e o baixo valor recebido em subsídios, fez com que o endividamento ficasse acima do verificado no período homólogo e do previsto em orçamento.

DÍVIDA CLIENTES	2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
	3M	6M	9M	12M		9M	12 M	
Dívida de Clientes								
Dívida total (S/ ARDs)	mil €	7 307	7 218	8 657	8 657	8 440	7 595	7 154
Dívida vencida total	mil €	3 356	2 878	3 651	3 651	3 283	3 247	3 432
ARDs	mil €	0	0	0	0	0	0	0
Acordos de pagamento (Não ARDs)	mil €	0	342	325	325	0	0	0
Injunções	mil €	0	0	0	0	0	0	0

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

DESEMPENHO	2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
	3M	6M	9M	12M		9M	12 M	
Dívida Financeira	mil €	57 781	60 234	63 346	63 346	57 050	62 011	63 294
Debt to equity	%	447%	459%	477%	477%	508%	464%	437%
Net Debt - Endividamento líquido	mil €	57 168	59 271	62 311	62 311	56 098	61 005	62 287
Net Debt to EBITDA	valor	40,0	146,4	56,3	21,2	10,4	65,2	46,6

Debt to equity = Dívida Financeira / Capital Próprio

Net Debt = Dívida Financeira - Disponibilidades(caixa+fundo reconstituição capital-valores retidos para cauções balancete)

Net Debt to EBITDA = Net Debt / EBITDA Ajustado

A dívida total de clientes apresenta um valor acima do verificado em 2022 em 216 mil euros, e também acima do previsto em orçamento em 1.062 milhões de euros, devido ao atraso de pagamento por parte de alguns municípios.

Existe mais dívida vencida comparativamente com os dois períodos em análise.

Tendo em conta a evolução do EBITDA ajustado verificamos uma melhoria do indicador net debt to EBITDA uma vez que aponta para uma eventual recuperação da dívida mais acelerada do que o previsto.

4. INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO

3.º trimestre de 2023

INVESTIMENTO TOTAL	2023				2023	2022 9M	PAO 2023	PAO 2023 12 M
	1º T	2º T	3º T	4º T				
Investimento	mil €	1 815	3 419	4 563	9 797	6 166	17 255	22 165
Ativos Intangíveis	mil €	73	2 405	319	2 797	410	8 197	10 089
Investimento em curso	mil €	1 742	1 014	4 244	7 001	5 756	9 057	12 076
Investimento Alta	mil €	1 815	3 419	4 563	9 797	6 166	17 255	22 165

Investimento incluídos em Fichas de Acompanhamento	2023				2023	2022 9M	PAO 2023	PAO 2023 12 M
	1º T	2º T	3º T	4º T				
Investimento	mil €	459	1 117	1 047	2 623	1 622	4 028	4 347
SAA Minutos	mil €	0	0	0	0	0	79	219
Unidade de Compostagem	mil €	0	0	0	0	0	0	0
Reabilitação de SAR de pequenos aglomerados do SPPIAAlentejo	mil €	0	0	0	0	0	150	330
Remodelação e Ampliação da ETA do Enxóe	mil €	459	1 117	1 047	2 623	1 622	3 799	3 799
ETA de S. Teotónio (Odemira) e Adução a Odemira e Zambujeira do Mar	mil €	0	0	0	0	0	0	0

Investimento com Expressão Material	2023				2023	2022 9M	PAO 2023	PAO 2023 12 M
	1º T	2º T	3º T	4º T				
Investimento	mil €	0	0	0	0	0	150	330
SAA Minutos	mil €	0	0	0	0	0	79	219
SAA Bica Fria	mil €	0	0	0	0	0	350	500
Reabilitação de SAR de pequenos aglomerados do SPPIAAlentejo	mil €	0	0	0	0	0	150	330

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

ENDIVIDAMENTO	2023				2023	2022 9M	PAO 2023	PAO 2023 12 M	
	3M	6M	9M	12M					
Endividamento	mil €	57 781	60 234	63 346	0	63 346	57 050	62 011	63 294
Médio e Longo Prazo	mil €	56 818	58 818	62 341	0	62 341	56 595	57 557	58 839
BEI	mil €	40 000	40 000	40 000	0	40 000	20 000	40 000	40 000
Banca Comercial	mil €	0	0	0	0	0	0	0	0
Holding	mil €	16 818	18 818	22 341	0	22 341	36 595	17 557	18 839
Locação Financeira	mil €	0	0	0	0	0	0	0	0
Curto Prazo	mil €	962	1 415	1 005	0	1 005	455	4 455	4 455
BEI	mil €	0	0	0	0	0	0	0	0
Banca Comercial	mil €	0	0	0	0	0	0	4 000	4 000
Holding	mil €	962	1 415	1 005	0	1 005	455	455	455
Locação Financeira	mil €	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

O investimento no final do 3º trimestre ascendeu a 9,797 milhões de euros, acima do verificado no período homólogo, no entanto aquém do esperado.

Até setembro de 2023 foi realizado 55% do valor total do investimento previsto em PAO.

Este valor é justificado pelo atraso significativo das empreitadas em curso (ETA do Enxóe - previsão de 3,8 M€, realização de 2,6 M€; Adução a Beja - previsão de 1,8 M€, realização de 0,7 M€; ETAR de Cuba - previsão de 1,8 M€, realização de 1 M€). A ETAR de Ermidas e Adução a Mértola que previam, em 2023, um investimento de 1,9 M€ e 1,8 M€, respetivamente, ainda não foram iniciadas.

Houve também a necessidade de lançar novos procedimentos por falta de concorrentes no caso da ETAR do Ciborro, SI Ermidas e da Reabilitação do Órgão de Segurança da Barragem do Enxóe e do Monte Clérigo. Por falta de financiamento comunitário não foi possível a abertura de alguns procedimentos significativos.

O endividamento ascendeu a 63,346 milhões de euros, valor superior ao verificado em 2022 e ao previsto em orçamento para o mesmo período em resultado do atraso de execução do plano de investimentos.

A dívida financeira é constituída por suprimentos e acordos de tesouraria da accionista AdP SGPS, financiamento BEI e descobertos bancários (esporadicamente utilizados).

Prazo Médio Pagamento	2023				2022	2022	PAO 2023
	3M	6M	9M	12M	9M	12 M	
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	61	56	45		57	57	56

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

Indicadores e Gastos Operacionais	2023				2022	PAO 2023	2022	PAO 2023
	3M	6M	9M	12M	9M	12 M	12 M	
(1) GASTOS OPERACIONAIS = (2) + (3) + (4)	mil €	3 085	8 046	12 619	9 775	14 931	13 630	20 049
(2) CMVCM (DR)	mil €	117	578	913	676	853	1 108	1 129
(3) FSE's (DR)	mil €	1 899	5 421	8 529	6 062	10 536	8 366	13 984
(4) PESSOAL (DR)	mil €	1 069	2 048	3 176	3 037	3 542	4 156	4 936
(5) EFEITO EM PESSOAL (alínea a) do n.º4 do artigo 133)		142	281	419	429	355	583	474
i) Órgãos Sociais	mil €	58	113	166	158	172	222	229
ii) impacto de cumprimento de disposições legais (ex.: anuidades, reclassificações,...)	mil €	0	0	0	0	0	0	0
iii) Orientações relativamente ao acordo celebrado a 9 de outubro 2022 (a)	mil €	0	0	0	0	0	0	0
iv) impacto das valorizações remuneratórias obrigatórias	mil €	55	111	166	181	184	242	245
v) impacto de efeito de absentismo	mil €	29	58	87	90	0	120	0
vi) impacto de indemnizações por rescisão não incluindo por mútuo acordo	mil €	0	0	0	0	0	0	0
(6) Indemnizações por mútuo acordo (incluir programa rejuvenescer)								0
(7) EFEITO FATORES EXCECIONAIS (Crise Geopolítica) (b)	mil €	76	1 239	2 098	0	4 332	0	5 659
vii) FSE's - Fatores energeticos (não inclui gastos com transporte)	mil €	76	1 239	2 098	0	4 332	0	5 659
viii) FSE's - Fatores energeticos (apenas gastos com transporte)	mil €	0	0	0	0	0	0	0
ix) FSE's - Requisitos de segurança	mil €	0	0	0	0	0	0	0
x) FSE's - Outros (devidamente fundamentados se não previstos nos termos do DLEO)	mil €	0	0	0	0	0	0	0
(8) EFEITO de OBRIGAÇÕES LEGAIS	mil €	0	0	0	0	0	0	0
xi) CMVMC (nomear)	mil €	0	0	0	0	0	0	0
xii) FSE's (nomear)	mil €	0	0	0	0	0	0	0
xiii) Pessoal (nomear)	mil €	0	0	0	0	0	0	0
(9) OUTRAS RUBRICAS OPERACIONAIS	mil €	142	288	494	576	457	747	610
xiv) Gastos com Deslocações, Alojamento e ajudas de custo	mil €	3	8	12	11	11	18	15
xv) Gastos com as viaturas	mil €	131	245	447	518	417	691	556
xvi) Gastos com estudos, pareceres e proj. consultoria	mil €	9	35	35	47	30	39	40

INDICADORES DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS RELATIVOS A GASTOS OPERACIONAIS

GO/VN (10)/(11) (c)	%	64,56%	66,47%	65,31%	63,21%	65,63%	67,58%	66,15%
(10) Gastos Operacionais (c) = (1) - (5) - (7) - (8)	mil €	2 867	6 525	10 102	9 346	10 244	13 047	13 916
(11) Volume de Negócios = (VN)	mil €	4 441	9 816	15 468	14 785	15 607	19 307	21 036
Gastos com Pessoal (d) = (4) - (5) - (xiii)	mil €	927	1 766	2 758	2 608	3 186	3 573	4 462
FSE's (e) = (3) - (vii) - (viii) - (xii)	mil €	1 823	4 182	6 431	6 062	14 868	8 366	8 325
Rubricas Operacionais (f) = (9) - (viii)	mil €	142	288	494	576	457	747	610

NOTAS:

- Despacho da Secretaria de Estado das Finanças e da Secretaria de Estado do Tesouro;
- Conforme alínea c) do n.º2 do artigo 133 do DL n.º10/2023, de 8 de fevereiro;
- Calculado de acordo com o n.º1 e alínea c) do n.º2 do artigo 133 do DL n.º 10/2023, de 8 de fevereiro;
- Conforme alínea a) do n.º4 do artigo 133 do DL n.º10/2023, de 8 de fevereiro;
- Conforme alínea b) do n.º4 do artigo 133 do DL n.º10/2023, de 8 de fevereiro.
- Conforme alínea c) do n.º4 do artigo 133 do DL n.º10/2023, de 8 de fevereiro.

Conforme RCM n.º 34/2008 - Média Móvel a 12 meses

Sendo o PMP a dezembro de 2022 superior a 45 dias, verificar-se-á o cumprimento desde indicador caso o PMP reduza em pelo menos 15%. Em 2022 registaram-se 57 dias pelo que para cumprir devemos atingir 48 dias no final de 2023.

Pressupostos de análise

GO/VN

Para cumprimento das diretrizes emanadas pelo despacho 252/2022-SET, o rácio GO/VN, excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, e dos efeitos de fatores excepcionais, deve ser igual ou inferior ao verificado no ano de referência, ou seja 67,58%.

Gastos com Pessoal

Devem ser iguais ou inferiores ao registado em 2022, excluídos os gastos relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, bem como do efeito do absentismo.

Outras rubricas operacionais

O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria devem ser iguais ou inferiores aos registados em 2022.

Análise:

GO/VN

Este indicador apresenta um valor de 65,31% no final do 3.º semestre de 2023, valor inferior ao previsto em PAO (65,63%) para o mesmo período e inferior ao verificado em 2022 (67,58%), pelo que se prevê o cumprimento deste indicador no final do ano 2023.

Gastos com Pessoal

O indicador de Gastos com Pessoal (d) apresenta o valor de 2,758 milhões de euros, o que representa um ligeiro crescimento face ao mesmo período de 2022. Este crescimento deve-se sobretudo ao aumento do número médio de colaboradores em funções, bem como ao cumprimento das valorizações salariais aprovadas. Quando comparado com o orçamento verifica-se que se encontram abaixo do previsto por não se terem efetuado as contratações previstas, visto que o PAO só foi aprovado em outubro.

Outras rubricas operacionais

Apesar do valor das outras rubricas operacionais (9) se encontrar acima do valor previsto em orçamento, é inferior ao registado em 2022 para o mesmo período, pelo que se prevê o cumprimento deste indicador no final do ano.

Endividamento	2023				2022	PAO 2023	2022	PAO 2023
	3M	6M	9M	12M		9M	12 M	
Endividamento	mil €							
	57 781	60 234	63 346		57 050	62 011	58 235	63 294
Taxa de Crescimento de Endividamento (DLEO) ajustada*	%						0,57%	-5,21%

*de efeitos Geopolíticos e Energia

Nº de colaboradores	2023				2022	PAO 2023	2022	PAO 2023
	3M	6M	9M	12M		9M	12 M	
Recursos Humanos	nº							
	164	161	160		163	176	166	178
Pessoal	155	153	152		154	167	157	169
Órgãos Sociais	9	8	8		9	9	9	9





Ao Conselho de Administração da
AgDA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.

Memorando de Acompanhamento relativo ao terceiro trimestre de 2023

Exmos. Senhores,

Introdução

Para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, procedemos à análise da informação financeira, incluída em Anexo, preparada pelo Conselho de Administração da AgDA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. (adiante designada por Entidade), relativa ao terceiro trimestre de 2023, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório de Execução Orçamental - 3.º trimestre de 2023”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa e (iii) a análise do plano de investimentos.

Responsabilidades

1 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

2 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Entidade ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento trimestral, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

3 Para a elaboração do presente Memorando de Acompanhamento, efetuámos os seguintes procedimentos:

a) Acompanhamento da atividade da Entidade através de:

- Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Entidade e leitura das atas, tendo sido solicitado e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
- Consultados os balancetes e restante informação financeira relativos ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023;
- Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

b) Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, no que se refere aos seguintes aspetos:

- Deveres de informação previstos no n.º 2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 10/2023;
- Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo 131º do Decreto-Lei n.º 10/2023;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo 133º do Decreto-Lei n.º 10/2023;
- Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado no artigo 134º do Decreto-Lei n.º 10/2023;
- Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 136º da Lei n.º 12/2022;
- Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho 9870/2009; e
- Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

c) Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações e inspeções fiscais.

4 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Entidade do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Entidade no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do n.º 1 do Artigo 44º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Principais aspetos e conclusões

4.1 A demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e aos períodos homólogos encontram-se detalhadas e justificadas no documento em anexo, preparado pelo Conselho de Administração da Entidade, denominado por “Relatório de Execução Orçamental - 3.º trimestre de 2023”.

4.2 A Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o Prazo médio de pagamentos seja superior a 60 dias. A Entidade apresenta um PMP de 45 dias, portanto inferior ao limite. No âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP igual ou inferior a 48 dias, o que se verificou, encontrando-se assim numa tendência de cumprimento.

4.3 Relativamente ao plano de contratação de colaboradores, nos termos do previsto no artigo 131º do Decreto-Lei n.º 10/2023, a Entidade encontra-se em cumprimento.

4.4 Conforme previsto no artigo 133º do Decreto-Lei n.º 10/2023, nomeadamente no que respeita à redução ou manutenção do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, a Entidade encontra-se numa tendência de cumprimento face ao orçamento.

4.5 Conforme previsto no artigo 133º do Decreto-Lei n.º 10/2023, nomeadamente no que respeita ao plano de redução de custos, a Entidade encontra-se numa tendência de cumprimento, no que respeita aos gastos com pessoal comparativamente com o orçamento.

4.6 No que respeita aos gastos com frota automóvel, gastos com deslocações, alojamento e ajudas de custo e gastos com pareceres, projetos e consultoria, a Entidade encontra-se numa tendência de incumprimento face ao orçamento.

4.7 Não foram identificadas inconformidades com os requisitos legais estabelecidos no artigo 134º do Decreto-Lei n.º 10/2023, nomeadamente no que respeita ao limite do endividamento.

4.8 Adicionalmente à análise do Relatório de Execução Trimestral constatámos que a Entidade se encontra ainda em cumprimento no que diz respeito ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 136º da Lei n.º 12/2022. Adicionalmente, e de forma complementar à informação divulgada no Relatório de Governo Societário do exercício de 2022, indagámos junto dos responsáveis que a Entidade se encontra a cumprir no exercício de 2023 com os Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013.

4.9 Observámos ainda o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos. Adicionalmente garantimos que a situação contributiva da Entidade estava regularizada e que não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período.

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais.

5 de janeiro de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957
Registado na CMVM com o n.º 20200003